



## CERTIDÃO

Em razão do julgamento de alguns processos éticos-disciplinares, em obediência ao Art. 72, § 2º do EOAB, a presente ata terá algumas partes fragmentadas:

**Ata da Sessão Ordinária do Conselho Pleno da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Tocantins – triênio 2013/2015**  
(9ª Sessão Ordinária)

**Data:** 07 de novembro de 2014, 14h00min.  
**Local:** Sede do Conselho Seccional da OAB/TO  
Quadra 201 Norte, Conjunto 03, Lotes 1 e 2, Palmas – TO.

Aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze, no plenário da sede da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Tocantins (OAB/TO), após terem sido previamente convocados, reuniram-se na nona sessão ordinária os membros da OAB/TO eleitos para o triênio 2013/2015, onde presentes se achavam: **Diretoria:** Presidente - Epitácio Brandão Lopes, OAB/TO nº 315; Vice-Presidente – Rubens Dario Lima Câmara, OAB/TO nº 2.807; Secretário – Geral – Paulo Saint Martin de Oliveira, OAB/TO nº 1.648; Diretor-Tesoureiro – Pompílio Lustosa Messias Sobrinho, OAB/TO nº 1.807; Secretária Geral Adjunta Heloisa Maria Teodoro Cunha. **Conselheiros Estaduais:** Adwardys Barros Vinhal, Alessandro de Paula Canedo, Alex Hennemann, Célio Alves de Moura, Dinalva Bezerra Costa, Dorema Silva Costa, Fernando Palma Pimenta Furlan, Fernando Rezende de Carvalho, José Augusto Bezerra Lopes, José Pedro da Silva, Leontino Labre Filho, Marcello Bruno Farinha das Neves, Rodrigo Otávio Coelho Soares, Ronan Pinho Nunes Garcia, Saulo de Almeida Freire, Sérgio Menezes Dantas Medeiros, Têlio Leão Ayres e Túlio Jorge Ribeiro de Magalhães Chegury e dos **Conselheiros Estaduais Suplentes:** Alexandre Abreu Aires Junior. **Conselheiros Federais:** Ercílio Bezerra de Castro Filho, Carlos Augusto Pinheiro e Gedeon Batista Pitaluga Junior. **Ausências justificadas:** Conselheiros Estaduais Huascar Mateus Basso Teixeira, Moema Neri Ferreira Nunes, Orlando Rodrigues Pinto e Pedro Carvahô Martins. A seguir, verificado o *quórum legal*, o Presidente do Conselho Seccional declarou aberta a sessão, saudando os presentes e desejando sucesso nos trabalhos do dia, e parabenizou os aniversariantes do mês de novembro: Presidente da Subseção de Gurupi Albery Oliveira, Conselheiro José Pedro Silva, Conselheiro Alex Hennemann, Conselheira Federal Selma Milhomem, Secretária-Geral Adjunta Heloisa Cunha, Conselheiro Orlando Arruda, Conselheiro Almir Faria e Conselheiro Anenor Silva. Após, o Presidente Epitácio Brandão colocou em apreciação a Ata da



1 sessão anterior, que foi aprovada por unanimidade. Verificou-se as presenças do  
2 Presidente da Subseção de Gurupi Albery Oliveira, do Vice-Presidente da  
3 Subseção de Gurupi Adilar Daltoé, do Presidente da Subseção de Araguaína  
4 José Hilário, do Conselheiro Miguel Chaves, dos Conselheiros Federais Carlos  
5 Augusto, Gedeon Pitaluga e Ercílio Bezerra, de alguns Vereadores de  
6 Combinado/TO, do Presidente da Comissão de Apoio aos Advogados no Início de  
7 Carreira Pablo Macedo, do Presidente da Comissão de Direito Previdenciário  
8 Jadson Cleyton. A seguir colocou em apreciação o pedido de auxílio financeiro  
9 para a Subseção de Gurupi, o Secretário-geral fez a leitura da integra do  
10 requerimento solicitando verbas para conclusão emergencial da parte externa  
11 do clube do advogado de Gurupi, em seguida o Presidente Albery Oliveira  
12 discorreu sobre o tema e reforçou o pedido. O Presidente Epitácio informou que  
13 dará encaminhamento ao pedido, caso seja aprovado pelo Conselho, explicou  
14 que na reforma da Subseção de Miracema foram gastos valores acima do  
15 esperado, que estão sendo pagos pela OAB/TO, em seguida colocou em  
16 discussão a matéria, o Conselheiro Sergio Dantas disse que a Subseção de  
17 Colinas também precisa de um clube, pediu para acrescentar aditivo para  
18 solicitar verbas para esse clube, o Conselheiro Adwardys Vinhal parabenizou os  
19 Presidentes das subseções onde já estão sendo construídos os clubes, e  
20 colocou-se a disposição para ajudar, reiterou que Colinas precisa de uma sede  
21 própria e um clube, sugere que seja incluído no mesmo pedido de verbas para  
22 Gurupi uma emenda solicitando duzentos mil reais para construção do clube do  
23 advogado de Colinas, que o pedido deve ser endereçado ao FIDA e Conselho  
24 Federal, o Conselheiro Rodrigo Otávio disse que a Ordem vem passando por  
25 processo de evolução, e parabeniza os que fazem parte desse novo tempo, que  
26 quando se faz pedido de verbas ao FIDA a preocupação é que as obras comecem  
27 apenas após a chegada dos recursos, que a inadimplência ainda é grande  
28 atualmente, que a OAB/TO tem cerca de cinco milhões de reais para receber, do  
29 ano de dois mil e nove até a presente data, que a atual Diretoria tem se  
30 empenhado, juntamente com Sergio, Dra. Eliana e outros, no recebimento  
31 desses valores, que já arrecadaram quase quatro milhões de reais de dois mil e  
32 nove para cá, que temos um problema local, que é diminuir a inadimplência,  
33 que é de cerca de trinta e cinco por cento, que sugere a contratação de dois  
34 estagiários, um para Dra. Eliana e outro para Dra Cassi, para agilizar a  
35 recuperação desses valores inadimplidos. O Conselheiro Túlio Chegury disse  
36 não se opor ao pedido a ser endereçado ao FIDA, que tem preocupação sobre  
37 como o Conselho Federal verá tal pedido de verbas, haja vista nosso alto índice  
38 de inadimplência, acha que tal pedido pode não ter boa receptividade, o  
39 Presidente Epitácio Brandão disse não concordar, vez que essa é a finalidade do  
40 FIDA, que esse dinheiro não é para despesa com folha de pagamento, custeio,  
41 etc., se o dinheiro do FIDA não vier para o Tocantins irá para outros estados, o  
42 Presidente da CAATO Marcelo Wallace explicou detalhadamente as modalidades  
43 e repasse de verbas pelo FIDA, e se colocou a disposição para colaborar para  
44 amearhar verbas do FIDA, não vê porque não apresentar os requerimentos  
45 solicitando verbas, que é importante averiguar antes se o valor a ser pedido está  
46 a disposição, se não estiver corre-se o risco de ser indeferido o requerimento por



1 inteiro, o Conselheiro José Augusto disse que Gurupi tem seis mil  
2 universitários, muitos bailes, formaturas, etc., que a estrutura do clube do  
3 advogado pode abrigar tais eventos, gerando recursos, o Conselheiro Fernando  
4 Rezende disse que ainda tem apartamentos a receber da venda dos terrenos em  
5 Palmas, que daí poderá sair recursos para as subseções, que ainda tem cerca de  
6 novecentos mil reais a receber, o Vice-Presidente Rubens Dário sugeriu  
7 encaminhar essa relação por e.mail aos advogados, o Presidente Epitácio  
8 Brandão disse que o que se está discutindo é o pedido de verba emergencial de  
9 cinquenta mil reais para o clube de Gurupi, submetido a votação, foi aprovado  
10 por unanimidade o pedido de cinquenta mil reais ao FIDA para o clube de  
11 Gurupi. Em seguida o Presidente Epitácio Brandão abriu espaço aos  
12 representantes da Caixa Econômica Federal, Srs. Vandeir, Superintendente da  
13 CEF no Tocantins, Jairan, Gerente Regional, Sra. Vania, Gerente de Pessoas  
14 Físicas, e Sr. Geovani, Gerente Geral, antes explicou que o Conselho Federal  
15 firmou com a CEF um convenio para prestação de serviços bancários, com  
16 vantagens para os advogados, o Gerente Geral da agência Jalapão da CEF de  
17 Palmas Sr. Geovani teceu esclarecimentos sobre o convênio, em Seguida o  
18 Superintendente reiterou essas informações, acrescentando que o advogado não  
19 é obrigado a adquirir esses produtos caso firmem o convenio. O Conselheiro  
20 Federal Ercílio Bezerra e alguns Conselheiros Estaduais teceram críticas quanto  
21 a atuação de alguns funcionários da CEF na hora de liberar o dinheiro dos  
22 alvarás judiciais. Em seguida o Presidente Epitácio Brandão passou a palavra  
23 ao Conselheiro Saulo Freire para explicar sobre a reunião havida hoje pela  
24 manhã no TJTO, com a Juíza Silvana Parfieniuk, o qual disse que há muito  
25 pleitearam uma unidade judiciária para a cidade de Combinado/TO, que houve  
26 doação, pela prefeitura, de uma área de dois mil e seiscentos metros quadrados  
27 em local privilegiado, próximo a prefeitura, hotéis e restaurantes, a  
28 Desembargadora Willamara Leila iniciou as obras, que recentemente foram  
29 concluídas e recentemente chegou a notícia que essa unidade judiciária seria  
30 cedida para o Estado do Tocantins, que buscaram apoio da OAB com vistas a  
31 oficiar ao TJTO para voltar atrás nessa decisão, que Combinado é a cidade mais  
32 pujante da região, a que mais cresce, que está no centro geográfico da região,  
33 com boa infraestrutura, que a unidade judiciária de Combinado foi construída  
34 com recursos do Poder Judiciário, não é justo transferi-la para o Estado, que o  
35 pleito é a criação da Comarca ou transferência da sede administra de Aurora do  
36 Tocantins para Combinado, que espera contar com o apoio dos colegas  
37 Conselheiros. O Conselheiro Fernando Furlan disse que Combinado tem as  
38 melhores terras da região sudeste do Tocantins, colocou a disposição o apoio  
39 dele e da Deputada Professora Dorinha, submetido a votação, foi aprovado por  
40 unanimidade o envio de ofício ao TJTO. Em seguida o Presidente Epitácio  
41 Brandão informou que o CNJ aprovou a criação das varas federais de Palmas e  
42 Araguaína, deixando registrado o empenho dos Conselheiros Federais na  
43 questão. Após passou a palavra ao Vice-Presidente Rubens Dário para discorrer  
44 sobre os **itens “B” e 03 da Pauta**: o mesmo teceu considerações sobre o  
45 Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Eletrônico e 5º Encontro do Fórum  
46 Permanente de Discussão do Processo Judicial Eletrônico que será realizado nos



1 dias vinte e vinte e um do corrente mês, e também será realizado curso  
2 presencial sobre PJe, no prédio da OAB/TO, tratando de temas atuais de  
3 interesse da classe, falou também sobre o Observatório Social do Brasil, uma  
4 ONG fomentada pela Controladoria Geral da União, a ideia é que a OAB indique  
5 um representante. O Presidente Epitácio Brandão disse que mais a frente  
6 colherá sugestões para essa indicação, em seguida inverteu a ordem e colocou  
7 em apreciação o **item 02 da Pauta**: tabela honorários previdenciários, convocou  
8 o relator Conselheiro Alessandro Canedo, que parabenizou os integrantes da  
9 Comissão de Direito Previdenciário pelo empenho, que a idéia inicial era apenas  
10 a revisão na redação da tabela, que o objetivo da tabela é estabelecer o valor  
11 mínimo dos honorários, que na tabela atual está previsto, no item XVII,  
12 percentual de vinte e trinta por cento do proveito obtido pelo cliente e valor  
13 mínimo de dois mil reais, que tal valor pode ser superior ao que o cliente vai  
14 receber, que a sugestão é que o advogado é quem estabeleça o valor dos  
15 honorários, que os colegas que militam nessa área vem sofrendo violações das  
16 prerrogativas, que deve ser estabelecido o valor mínimo em vinte por cento,  
17 considerando o retroativo e a soma das doze primeiras parcelas, sendo esse o  
18 valor mínimo, que estudaram as tabelas de outras Seccionais, que a tabela da  
19 OAB/GO não é a melhor alternativa, pois o percentual inicial é bastante  
20 elevado, que a maior necessidade de alteração da nossa tabela seria na  
21 advocacia na seara administrativa, que também deve ser alterado o item “17.4”  
22 da tabela, outra mudança significativa é a exclusão do item “17.5” da tabela  
23 atual, que na hipótese de acordo são devidos os honorários pactuados, que o  
24 objetivo da alteração da tabela não foi aumentar o valor dos honorários e sim  
25 simplificar sua interpretação, que o princípio geral é que seja pactuado  
26 honorários caso a caso, o Conselheiro Alexandre Abreu reiterou a necessidade  
27 das mudanças, que a sugestão é louvável, vai ao encontro da campanha de  
28 valorização dos honorários, é adequada a atual realidade da advocacia  
29 previdenciária no Tocantins, que a maior preocupação é a questão ética, que  
30 entende que deve ser estabelecido limite nos honorários, um valor máximo em  
31 termos percentuais a fim de evitar discussões ético-disciplinares, que despesas  
32 feitas pelo advogado com o cliente – transporte, alimentação, etc. – não devem  
33 incluir o percentual de honorários, o Conselheiro Rodrigo Otávio disse que nada  
34 tem a acrescentar ao trabalho desenvolvido pelo Conselheiro Alessandro  
35 Canedo, o Presidente da Comissão Direito Previdenciário Jadson Cleyton disse  
36 entender que a inserção de valor máximo na tabela não resolverá os problemas  
37 ético-disciplinares, pois os magistrados não respeitam a tabela, que não  
38 autorizam o pagamento conforme a tabela, que os advogados acabam tendo que  
39 acertar o valor “por fora” com o cliente, e é isso que gera as representações  
40 ético-disciplinares, que é orientação do magistrado que o servidor da Justiça  
41 Federal oriente o cliente sobre o valor que cada um vai receber, solicita que  
42 quando essas representações chegarem ao TED seja ponderado se o valor  
43 recebido pelo advogado extrapolou o valor máximo da tabela, o Conselheiro  
44 Alexandre Abreu disse que o juiz não deve opinar sobre o valor dos honorários,  
45 que o contrato de honorários é título executivo e pode ser protestado, que esse  
46 tipo de manifestação dos juízes deve ser combatido, que o estabelecimento de



1 um valor máximo é permitir ao TED valorar se o advogado extrapolou na  
2 cobrança dos honorários, o Conselheiro Alessandro Canedo disse que seria mais  
3 fácil copiar a tabela da OAB/GO, mas concluíram que não seria a melhor  
4 alternativa, que se não há limite máximo para o demais ramos do direito, não  
5 poderia ser diferente com o direito previdenciário, que o estabelecimento de  
6 percentual máximo ceifaria o entendimento do TED de analisar caso a caso, que  
7 o advogado deve ter bom senso para fixar seus honorários, que as causas  
8 previdenciárias são de diversas naturezas, o Conselheiro Ronan Pinho disse que  
9 esse tema não consta da pauta - o Presidente Epitácio Brandão esclareceu o  
10 motivo -, disse que seria interessante conversar com os colegas que militam na  
11 área para saber das dificuldades, que concorda com o Conselheiro Alessandro  
12 Canedo quanto a não fixação do valor máximo, que deve ser objeto de análise  
13 caso a caso, que o contrato de honorários deve ser o balizador do valor do  
14 serviço e é o que vai sustentar a defesa do advogado junto ao TED, que ouvimos  
15 falar diuturnamente em abusos e violações de prerrogativas na seara  
16 previdenciária, que nesse sentido concorda com o Conselheiro Alexandre Abreu,  
17 que devemos combater esse abuso, o Conselheiro Túlio Chegury disse que o  
18 TED é independente e autônomo, é além de tudo um tribunal de honra, que  
19 tempos atrás foi procurado pelo Presidente da Comissão de Direito  
20 Previdenciário Jadson Cleyton para tratar de questões éticas relativas a  
21 advogados previdenciaristas, que os membros do TED consideram que os  
22 honorários advocatícios são sagrados, mas cada caso é um caso, que de todas  
23 as representações que chegaram ao TED nenhuma foi arquivada sumariamente,  
24 que temos que dar uma resposta a sociedade, que aqui nós apuramos do a  
25 quem doer, que sempre é oportunizada a ampla defesa e contraditório, que é um  
26 assunto melindroso, pois existem situações difíceis, e que fornecer alimentação,  
27 transporte, etc., para cliente é captação de clientes, infração ética, que devem  
28 sim combater os abusos, e nisso concorda com o Conselheiro Alexandre Abreu,  
29 o Conselheiro Fernando Rezende disse que o atualmente o TED angariou a  
30 confiança da sociedade tocantinense, graças ao trabalho sério de seus  
31 membros, que até hoje nunca relatou processo onde se questionava o valor dos  
32 honorários, mas apenas sobre recebimento de valores que pertenciam ao  
33 cliente, que a cerca de oito ou nove anos atrás o TED era diferente, processos  
34 prescreviam, etc., que no CRM tem erro médico, aqui tem erro moral, que essa  
35 tabela não tem que estabelecer valor máximo ou mínimo, que devemos colocar  
36 testemunha capaz para assinar os contratos de honorários, parabenizou o  
37 Presidente Epitácio Brandão pelo desenvolvimento do TED, o Conselheiro  
38 Alexandre Abreu disse que o valor máximo dos honorários é para realização do  
39 contrato, que as hipóteses de violação devem sim ser analisadas pelo TED, que  
40 na tabela dos honorários da advocacia trabalhista tem valores máximos, o que  
41 sugeriu é que no processo ético-disciplinar seja ponderado se o objeto da  
42 reclamação é somente aquele, não é pecado a absolvição sumária do advogado,  
43 a Conselheira Dinalva Costa parabenizou a comissão que revisou a tabela, que  
44 não querem receber mais ou melhor que os outros advogados de outras áreas do  
45 direito, que a interpretação da tabela anterior estava trazendo transtornos, que  
46 as vezes tem despesas altas com transporte do próprio advogado para fazer



1 audiências em outras comarcas, que o cliente deve honrar o contrato, ainda que  
2 com as parcelas a serem recebidas futuramente, o Presidente Epitácio Brandão  
3 disse que o que está em discussão é a tabela, e não processos ético-  
4 disciplinares, o Conselheiro Rodrigo Otávio disse que não é prudente misturar a  
5 tabela com o TED, que o TED deve atuar com liberdade, continuando seu  
6 pronunciamento a Conselheira Dinalva Costa disse que no item “17.4” da nova  
7 tabela gostaria de sugerir alteração para ficar vinte por cento sobre o benefício  
8 auferido pelo cliente considerando o retroativo de doze parcelas, o Conselheiro  
9 Alessandro Canedo disse que a tabela não deve fixar a forma de pagamento,  
10 mas apenas o percentual, isso é função do contrato de honorários, o  
11 Conselheiro Alex Hennemann parabenizou todos pela discussão madura, e o  
12 Presidente do TED pela forma como atua nesse Tribunal, que o trabalho da  
13 comissão deve sim ser elogiado, o Conselheiro Marcelo Farinha disse que pode  
14 cobrar cinquenta por cento, mas o juiz somente manda pagar trinta por cento,  
15 que isso deve ser deixado claro, que apoia a ideia do Conselheiro Alexandre  
16 Abreu para incluir na tabela o percentual máximo de honorários, o Presidente  
17 Epitácio Brandão disse que submeterá a votação a proposta da Comissão e a  
18 divergência para inclusão do valor máximo, foi aprovado por maioria a proposta  
19 da comissão, sendo voto vencido apenas o Conselheiro Marcelo Farinha. Em  
20 seguida colocou em pauta o **item 01 da Pauta**: apresentação, discussão e  
21 votação do orçamento da OAB/TO para o ano de dois mil e quinze: o  
22 Conselheiro Rodrigo Otávio disse que assim como houve mudança de paradigma  
23 no TED também houve mudança na cobrança das anuidades, mas ainda temos  
24 problemas financeiros críticos, que o TED tem feito excelente trabalho punindo  
25 os inadimplentes, que a Comissão de Orçamento e Contas opina no sentido de  
26 aprovar as duas propostas que já foram apresentadas e discutidas, que  
27 queremos dinamizar a arrecadação, sugere que o Conselho aprove a contratação  
28 de dois estagiários, para as Dras. Eliana e a Sra. Cassia, para agilizar as  
29 cobranças das anuidades, o Conselheiro Alexandre Abreu disse concordar com  
30 a proposta de contratação de estagiários, o esforço da Dra. Eliana é grande, mas  
31 deve ser criada assessoria jurídica de cobrança vinculada à tesouraria, para  
32 cuidar exclusivamente da arrecadação, é o momento oportuno de alcançarmos  
33 autonomia financeira, em seguida foi submetido a votação a sugestão da receita  
34 e despesa do orçamento para 2015, foi aprovado por unanimidade. Em seguida  
35 o Presidente da Comissão de Orçamento e Contas, Rodrigo Otávio, informou que  
36 o orçamento da OAB/TO para o ano de 2015 é de R\$ 6.489.863,23 (seis milhões  
37 quatrocentos e oitenta e nove mil e oitocentos e sessenta e três reais e vinte e  
38 três centavos), sendo a receita corrente no valor de R\$ 5.189.863,23 (cinco  
39 milhões, cento e oitenta e nove mil, oitocentos e sessenta e três reais com vinte  
40 e três centavos) e receitas de capital R\$ 1.300.000,00 (hum milhão e trezentos  
41 mil reais) e referente as despesas, o valor de R\$ 6.489.863,23 (seis milhões  
42 quatrocentos e oitenta e nove mil e oitocentos e sessenta e três reais e vinte e  
43 três centavos), sendo despesas correntes o valor de R\$ 4.405.971,07 (quatro  
44 milhões, quatrocentos e cinco mil, novecentos e setenta e um reais com sete  
45 centavos) e as despesas de capital no valor de R\$ 2.083.892,16 (dois milhões e  
46 oitenta e três mil e oitocentos e noventa e dois reais com dezesseis centavos).



1 Em seguida foi apreciado o orçamento da CAATO para o ano de 2015, no valor  
2 de R\$ 842.092,16 (oitocentos e quarenta e dois mil e noventa e dois reais com  
3 dezesseis centavos). O parecer da Comissão de Orçamento e Contas foi pela  
4 aprovação dos orçamentos da OAB/TO e CAATO para o ano de 2015,  
5 submetidos à votação, foram aprovados por unanimidade. **Item 04 da Pauta:**  
6 apresentação, discussão e votação do balancete do mês de setembro do corrente  
7 ano da OAB/TO: a Comissão de Orçamento e Contas opinou pela aprovação,  
8 submetido a votação, foi aprovado por unanimidade o balancete do mês de  
9 setembro do corrente ano da OAB/TO. **Item 05 da Pauta:** apresentação,  
10 discussão e votação dos balancetes dos meses de janeiro a agosto do corrente  
11 ano da CAATO: a Comissão opinou pela aprovação, com a ressalva de que as  
12 despesas com a construção dos clubes que foram financiadas pelo FIDA serão  
13 aprovadas pelo próprio FIDA, que a competência para aprovação dessas  
14 despesas é do FIDA, submetido a votação os referidos balancetes, a exceção das  
15 despesas sob responsabilidade do FIDA, foi aprovado por unanimidade os  
16 balancetes de janeiro a agosto do corrente ano da CAATO. **Itens 06, 07, 08 e**  
17 **08-A da Pauta:** apresentação, discussão e votação dos registros e alteração de  
18 registros de sociedades de advogados, os pareceres da Comissão foram: quanto  
19 a alteração de registro da sociedade Hennemann, Sousa e Oliveira Advogados  
20 Associados, é pela aprovação, quanto a alteração de registro da sociedade  
21 Bezerra Lopes Advogados Associados, é pela aprovação, quanto a alteração de  
22 registro da sociedade Brom Advogados Associados, é pela aprovação,  
23 submetidos a apreciação e votação em bloco, foram todos aprovados por  
24 unanimidade. **Processos Éticos- Disciplinares: Item 09 da Pauta; Item 10 da**  
25 **Pauta; Item 11 da Pauta (...).** Registrada a presença do Sr. José Maurício Rios  
26 funcionário do Conselho Federal. Em seguida passou-se as manifestações  
27 gerais: a Conselheira Dorema Costa comunicou a decisão do Conselho Federal  
28 de aprovar a cota de trinta por cento de mulheres, que agradece o apoio do  
29 Presidente Epitácio Brandão e dos Conselheiros Federais Ercílio, André e  
30 Gedeon, que teremos dificuldade em preencher essa cota, diante do afastamento  
31 das mulheres advogadas da OAB, que as mulheres têm se afastado cada vez  
32 mais, sugere a recriação da Comissão da Mulher Advogada, para estimular a  
33 participação das mulheres, que a mulher está à margem da Ordem. O  
34 Conselheiro Marcelo Neves disse que detectou um processo onde a Defensoria  
35 Pública está defendendo um cliente em processo de reintegração de posse onde  
36 se discute uma área de quatro hectares na área urbana de Palmas, bastante  
37 valorizada, processo nº 00104530320148272729, que esse cliente tem outros  
38 processos onde é defendido por advogados contratados, o segundo tema é sobre  
39 advocacia previdenciária, que no Fórum federal o juiz somente destaca trinta  
40 por cento a título de honorários, que temos que tomar providência quanto a  
41 isso. O Conselheiro Ronan Pinho manifestou seu desânimo quanto a construção  
42 do Fórum de Araguaína, que ouviu comentários que a paralisação ou demora  
43 seria decorrente do contingenciamento de verbas, que não devemos deixar essa  
44 questão esfriar, sugeriu marcar reunião com a Presidência do TJTO para tratar  
45 do tema. O Conselheiro Adwardys Vinhal perguntou sobre o pedido de recursos  
46 ao FIDA para o clube de Colinas, o Vice-Presidente Rubens Dário disse que foi



1 retirado e solicitou que o pedido deve ser formalizado por escrito, como foi o de  
2 Gurupi. O Conselheiro Túlio Chegury solicitou constar em ata seus  
3 agradecimentos aos Conselheiros Rodrigo Otávio, Alessandro Canedo e  
4 Fernando Rezende pelos elogios ao seu trabalho a frente do TED, que devemos  
5 combater a situação criada pela Defensoria Pública, que endossa a fala da  
6 Conselheira Dorema sobre a participação das mulheres na Ordem, mas que é  
7 contra a fixação de cotas, que isso é assumir que não damos valor as mulheres,  
8 que isso é pejorativo à mulher, que devemos doravante conclamar as mulheres  
9 a ombrear com os homens a defesa da classe, que toda forma de discriminação  
10 deve ser abolida, que a Ordem é a grande garantidora da democracia nesse país,  
11 que o Conselho Federal errou ao instituir as cotas, que os integrantes do TED  
12 não aceitam amarras, que estão agindo na defesa do verdadeiro advogado, que é  
13 probo, ético e honrado. A Conselheira Dorema Costa agradeceu o apoio do  
14 Conselheiro Túlio e disse que no seu ponto de vista pessoal a cota é a pior forma  
15 de entrada em qualquer lugar, mas é um mal necessário no caso em apreço. O  
16 Vice-Presidente Rubens Dário leu provimento da Defensoria Pública sobre  
17 atendimento dos advogados na Defensoria, sendo o Ofício da Resolução nº  
18 116/2014, de dez de outubro do corrente ano, assinado pelo Presidente Marlon  
19 Costa Luz Amorim. Em seguida o Vice-Presidente Rubens Dário declarou  
20 encerrada a sessão e convidou todos para a solenidade de entrega de carteiras  
21 para aos novos advogados e estagiários. Esgotada a pauta, eu Paulo Saint  
22 Martin de Oliveira, Secretário-Geral da Seccional do Tocantins da Ordem dos  
23 Advogados do Brasil, lavrei a presente ata que na sessão seguinte será lida,  
24 discutida e votada pelos presentes.

25  
26  
27  
28 **Dr. Epitácio Brandão Lopes**  
29 Presidente

30  
31  
32  
33 **Dr. Paulo Saint-Martin de Oliveira**  
34 Secretário-Geral